

RELATÓRIO SOBRE AS MULHERES DO PTE AS ELEIÇÕES

Este relatório não foi discutido no plenário por falta de tempo. Foi elaborado posteriormente ao Encontro, pelas relatoras de quatro dos cinco grupos que discutiram o ponto "As Mulheres do PT e as Eleições", a partir dos relatórios apresentados ao plenário. Os pontos 1 e 2 foram consensuais. O ponto 3, "Eixos para a campanha do PT junto às mulheres", não foi detalhadamente discutido, assim, as relatoras se basearam no texto apresentado pela Comissão de Mulheres de SP, que serviu de base para a discussão na maioria dos grupos, no texto da Comissão do Rio de Janeiro e no texto elaborado pela Comissão de Negros do PT, procurando incorporar as contribuições levantadas no Encontro.

AS MULHERES DO PT E AS ELEIÇÕES

1. As discussões sobre as eleições foram feitas em grupos e em plenário. Como primeiro elemento destacou-se a importância do período eleitoral como um espaço de propaganda e mobilização que exige e possibilita o fortalecimento do movimento. É preciso utilizar as eleições não só para a propaganda feminista e aumento da participação política das mulheres em geral, mas fundamentalmente tendo em vista a necessidade de impulsionar a organização de base do movimento de mulheres. Embora o PT não possa esquecer-se de que procura também ganhar votos necessários para sua consolidação - e, no caso, o voto das mulheres - ressaltou-se que construir um movimento unido não é construir um movimento de mulheres do PT. O que diferencia o PT dos outros partidos é sua certeza de que as lutas não se encerram com as eleições. Os militantes do PT, e em especial as militantes que se dedicam à questão da mulher, devem engajar-se na construção do movimento durante e depois das eleições.

2. Trabalho interno no PT: As Comissões de Mulheres

As Comissões de Mulheres do PT devem funcionar como assessoria ao Partido como um todo e, portanto, atuarem junto aos Comitês Unitários. É importante que todos os candidatos, e principalmente as candidatas, assumam a questão da mulher em suas campanhas. Para isso, as comissões devem procurar fazer um trabalho, de formação desses candidatos e candidatas sobre a luta das mulheres, através de debates, seminários específicos e contribuindo na elaboração das plataformas. Nos locais onde houver candidatas mulheres a cargos majoritários, foi ressaltada a importância de uma assessoria mais direta por parte das comissões.

E como nossa preocupação é fazer com que todo o Partido discuta a questão da mulher e que um maior número de militantes atuem no movimento,
Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 21 - São Paulo - SP - Brasil - CEP 01318

levantou-se a necessidade de se elaborar material específico para as bases do PT, propondo-se como sugestão uma cartilha como o ABC DA MULHER' elaborado pelas companheiras do Rio Grande do Sul.

Além disso, foi levantada a necessidade de se conhecerem mais as experiências e documentos regionais utilizando-se os canais do Partido. As Comissões de Mulheres, os diretórios e núcleos devem procurar enviar documentos sobre a questão da mulher para os outros Estados, contribuindo, assim, para a discussão interna.

3. Eixos para a campanha do PT junto às mulheres

Mesmo considerando que a discussão não foi aprofundada, o Encontro' decidiu divulgar para o interior do Partido alguns eixos de luta em torno dos quais centrar nossa campanha e nosso trabalho de massa junto às mulheres. Assim, julgamos estar contribuindo para concretizar o objetivo do PT no período eleitoral, que é contribuir na organização de base do movimento.

Portanto, os pontos que se seguem não formam um programa completo. Foram selecionadas algumas questões consideradas mais sentidas hoje pelas mulheres e, logo, capazes de suscitar a discussão e a organização em torno de si. A partir destas referências, cada estado deve buscar acumular o máximo de informação e detalhamento da situação das mulheres por setor social e região do seu estado, contribuindo para a formação de um verdadeiro programa nacional de luta para as mulheres. Além disso, foi proposta a publicação de cartilhas sobre temas específicos, como o trabalho doméstico, as camponesas etc.

O movimento de mulheres não tem uma denúncia unificada a nível nacional nem uma homogeneidade interna que facilite a tarefa de definir eixos centrais para orientação. No seu interior deve haver espaço para as reivindicações das mulheres de todas as profissões e ocupações, das que não trabalham fora, das mulheres do campo e da cidade etc.

Mas é possível definir alguns pontos para nossa orientação e que possam desde já contribuir para a construção de uma dinâmica mais unificada no movimento de mulheres. É importante, também, saber traduzir a luta feminista geral em reivindicações e propostas claramente visíveis, colocar o dedo nos pontos mais sensíveis hoje para as mulheres no seu cotidiano.

E, para isso, é preciso ter como referência a situação atual de crise econômica, desemprego, carestia e miséria crescente; e de "abertura política", que significou, também, uma liberdade nos meios de comunicação no tratamento de assuntos tabus, como o sexo, o casamento, o divórcio, etc, diretamente relacionados à opressão das mulheres. Esta situação de crise econômica e "abertura" é vivida pelas mulheres com especificidades.

I- Ainda que não haja dados estatísticos, não é difícil deduzir a situação das mulheres diante do desemprego. Tradicionalmente as mulheres são

subempregadas, à margem do mercado formal de trabalho e sem os seus ple^{nos} direitos trabalhistas - 18,4% das mulheres que trabalham fora são ' trabalhadoras rurais, 30,9% empregadas domésticas e 8,7% professoras ' primárias. Tradicionalmente recebem salários mais baixos que os homens, às vezes exercendo as mesmas funções - de acordo com o censo de 80, a ' média das rendas mensais masculinas era o dobro da média feminina. Tradicionalmente, por terem uma formação profissional mínima, as mulheres ' são empurradas para as profissões mais desqualificadas, além de serem ' discriminadas na obtenção de empregos, particularmente nas profissões ' mais qualificadas, e também na promoção de cargos.

No campo, as mulheres que trabalham na roça como bôias-frias ou em pe^{quenas} propriedades, não têm nenhum direito trabalhista, geralmente não são sindicalizadas e só têm direito a aposentadoria quando seu marido ' morre.

Com o aumento do desemprego, as mulheres estão cada vez mais sendo^{empurradas} para os trabalhos temporários, "bicos" e subempregos. Estão ' trabalhando mais, com menos direitos e ganhando menos. Um dos eixos da campanha do PT, portanto, deve ser:

- Pela extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras temporárias ' (bôias-frias, camponesas, diaristas, domésticas, domiciliares, funcioná^{rias} públicas contratadas etc).

- Pela profissionalização e pela abertura de todas as profissões às mu^{lheres}; contra a discriminação sexual na admissão e promoção profissio^{nal}.

- Salário justo e igual para trabalho igual.

- Pela incorporação na legislação trabalhista da estabilidade da mulher gestante; pela ampliação da estabilidade da mulher no emprego após o ' parto.

II- Tende a ganhar maior agudeza a luta contra a violência sobre a mu^{lher}.

A origem desta violência é social: a opressão que pesa sobre toda a so^{ci}iedade - e que cresce num período de crise - tende a explodir sobre os mais oprimidos, como as mulheres. Numa época em que a dignidade humana ' é cada vez mais pisada, a violência familiar tende a crescer e, também em casa, é do lado mais fraco, mais oprimido que a corda arrebenta. Além disso, cresce a violência nas ruas, aumentam os estupros e as violências sexuais anônimas, principalmente nas ruas da periferia.

Portanto, cresce a importância do trabalho de denúncia, de mostrar ' às mulheres que estas são questões vergonhosas e que não devemos nos as^{sumir} enquanto rês nem silenciar. E cresce a importância da solidaria^{de} de, das saídas coletivas à violência sofrida e carregada solitariamente. Nesse sentido, além da denúncia, propomos: que o atendimento à mulher espancada e/ou violentada e a emissão do laudo médico sejam incorporados

PT PARTIDO DOS TRABALHADORES

4.

a setores especializados dos hospitais e postos de saúde públicos, sob controle do movimento feminista, evitando o laudô médico das delegacias.

III- As creches são uma luta que já vem mobilizando milhares de mulheres em todo o Brasil. A reivindicação de creches nos locais de trabalho e moradia, sob controle da população, inclusive do ponto de vista educacional e que atendam as crianças até os seis anos de idade (idade escolar), já foi amplamente incorporada pelo movimento. E esta questão traz para o primeiro plano a discussão sobre o trabalho doméstico e as demais reivindicações necessárias para que ele seja assumido como uma função social: restaurantes e lavanderias coletivas e populares, áreas de lazer, ensino público e gratuito para todos etc. E, nesse sentido, são uma luta de toda a população.

IV- O contexto de miséria e desemprego vem tornar ainda mais angustiante para as mulheres a impossibilidade de decidir se querem ter filhos ou não, quando e quantos. Mas a exploração econômica e as más condições de vida não podem ser as razões de sua escolha. A crise econômica torna mais urgente a necessidade de um planejamento familiar consciente, o acesso gratuito às informações e métodos anti-concepcionais, pesquisas sobre métodos seguros e inofensivos, tanto para as mulheres como para os homens. É preciso que os postos de saúde estejam capacitadas para atender a mulher em todas as fases de sua vida e não apenas a gestante. E é preciso que a decisão sobre engravidar ou não seja da mulher, conscientemente. Devemos combater os projetos de controle da natalidade, decididos de cima para baixo, sem a menor preocupação com a saúde da mulher e com a sua informação e que pretendem culpar o número de filhos da classe trabalhadora pela miséria na verdade causada pela exploração dos patrões.

V- CONTRA A EXPLORAÇÃO DA MULHER NEGRA

(Marginalização social, econômica, cultural e política da mulher).

De 1.384.700 pessoas que recebem mais de 10 salários mínimos, apenas 20% são mulheres e desse total, apenas 32% são mulheres negras. A situação apontada por estes dados reflete as condições de inferioridade em que se encontram as mulheres e os negros em relação, fundamentalmente, ao homem branco.

Derrotado historicamente, o negro foi utilizado como mão-de-obra escrava, o que cumpriu papel fundamental no processo de acumulação capitalista.

Considerando que a opressão do negro é decorrência deste processo e considerando também a opressão específica das mulheres, a da mulher negra em especial, denunciamos:

- a marginalização da mulher negra a coloca em situação de inferioridade para competir no mercado de trabalho, seja para receber um salário equiparado ao de todos os profissionais que estiverem exercendo trabalho

igual ao seu, seja para conseguir o próprio emprego.

- uma das profissões onde a mulher ainda pode ser aceita, é a de doméstica, mas é também onde a trabalhadora não tem plenos direitos (horário regular, direito à folga, 13º salário, etc)
- a exigência da "boa aparência" para admissão em empregos, restringe a possibilidade de uma negra nestes empregos, uma vez que a "aparência" é baseada nos padrões de beleza do branco.
- mulheres negras são frequentemente utilizadas como objeto de consumo sexual.

Exigimos:

- salário justo equiparado para homens e mulheres brancas e negras.
- garantia de direitos trabalhistas para a empregada doméstica.
- direito ao trabalho.

Bandeiras:

- contra a discriminação racial e sexual.
- contra a exploração racial, sexual e econômica.
- contra a divisão racial e sexual do trabalho.
- contra a imposição de valores brancos à mulher negra.

NOTA:

Esta parte deve ser considerada como uma primeira proposta geral para discussão dentro do PT, uma vez que a questão da mulher negra não foi bastante discutida no Encontro.

Respeitamos os pontos centrais do texto "CONTRA A EXPLORAÇÃO DA MULHER NEGRA", da Comissão de Negros do PT/ de SP e um ou outro ponto levantado nas discussões de grupo do Encontro.

Será preciso esmiuçar e desenvolver bem o item, para elaboração mais definitiva.

VI- Educação diferenciada:

A situação de opressão sexual é cultural. Homens e mulheres nascem biologicamente diferentes, mas não crescem desiguais socialmente devido a estas diferenças. Elas vão se acumulando a partir das relações com a família, com os vizinhos, com a escola, com as instituições religiosas, enfim, com toda a sociedade. Mas o que mais contribui para aumentar a discriminação em relação à mulher é a educação formal. Nela, uma imagem subalterna - ocupada com pequenos problemas ou atividades não criativas que limitam as possibilidades de um desenvolvimento pessoal, profissional e de uma atuação transformadora no meio em que vive - é colocada constantemente para a menina, para a adolescente, para a mulher. A divisão de papéis masculinos e femininos reforça ainda mais esta imagem. Por isto reivindicamos a criação de uma assessoria feminista junto às Secretarias de Educação e Cultura, com o objetivo de:

- a) criar grupos de trabalho destinados a estudar e implantar uma nova orientação pedagógica com vistas a suprimir a educação diferenciada'

por sexo,.

b) garantir a passagem desta nova orientação educacional pela estrutura de ensino, de modo a atingir todo o corpo de educadores das redes públicas e privada.

c) analisar os livros didáticos existentes, sob o aspecto da discriminação sexual e racial, divulgando os resultados desta análise, e incentivando, ao mesmo tempo, a produção de material didático alternativo.

d) estimular a realização de pesquisas sobre a condição da mulher.

e) garantir condições de tratamento permanente para educadores, visando mudanças das atividades educacionais que reforçam as desigualdades sexuais e raciais na escola e na vida.

f) introduzir nos currículos escolares, para todos os níveis, o histórico da condição da mulher e o estudo da sexualidade.

g) introduzir nos cursos de formação de professores a reflexão e a discussão sobre a sexualidade, permitindo assim que se forme uma postura isenta de tabus e que respeite as manifestações naturais dos educandos nas diversas fases de sua vida.

PONTOS QUE FICARAM EM ABERTO

1. No ítem sobre violência, houve um questionamento sobre a seguinte proposta que constava do texto da Comissão de Mulheres do PT de São Paulo: "que sejam criados nas delegacias setores especializados, com atendimento médico e psicológico às mulheres espancadas e/ou violentadas, sob controle do movimento feminista". Questionou-se se o PT deve ter propostas em relação à melhoria das delegacias, uma vez que isso poderia significar um reforço aos próprios aparelhos de repressão. A alternativa possível seriam os organismos de resistência e a auto-defesa das mulheres. Como não houve condições de se aprofundar a discussão, decidiu-se pela divulgação das duas posições.

2. O Encontro não se sentiu em condição de definir uma posição sobre a descriminalização do aborto, uma vez que essa é uma questão polêmica e que não foi discutida pelas bases do Partido. Assim, divulgamos o texto da Comissão de Mulheres de São Paulo, que serviu de base para essa discussão no Encontro, com o objetivo de intensificar este debate no interior do PT e permitir uma definição posterior.

"O ponto mais sensível da questão da contracepção, capaz de sensibilizar as mulheres em massa, em torno a um objetivo definido é a luta pela descriminalização do aborto. Descriminalizar significa tirar o caráter de crime que hoje a legislação brasileira dá ao aborto; não falamos em legalização porque já existe uma lei que regulamenta o aborto no Brasil. O aborto deverá ser considerado uma questão de foro íntimo, uma decisão pessoal, para a qual o Estado deve fornecer as informações, os meios e os recursos de realização, cuidando para que ele não seja entendido como

método anti-concepcional. O que não podemos esquecer é que milhares de mulheres hoje, principalmente dos setores populares, não conhecendo mé todos contraceptivos, ou não tendo acesso a eles e completamente responsabilizadas pela criação de seus filhos, sem nenhum apoio social, submetem-se às clínicas clandestinas, às curiosas e às receitas caseiras pondo em risco a sua própria vida. Estatísticas mostram que, no Brasil, a mortalidade por causa de complicações decorrentes de abortos é de dez a vinte vezes maior que nos países onde o aborto não é crime. Esta nos parece, portanto, aluta mais concreta no seio das questões ligadas à sexualidade, em torno da qual podemos organizar a ação das mulheres, associando a descriminalização do aborto ao conjunto da problemática da sexualidade e contracepção, das condições de vida do povo brasileiro e da responsabilidade social pela educação e sustentação das crianças.

3. Duas questões apareceram nos grupos e não foram aprofundadas, extrapolando os eixos apresentado: a luta pelo direito a trabalho e salário igual entre mulheres brancas e negras; e a questão da licença pós-parto e dispensa, em caso de doença dos filhos, tanto para a mãe como o pai.

Ao final do Encontro ficou aprovado que a preparação do II Encontro Nacional ficaria a cargo de uma coordenação composta de ^{duas} ~~uma~~ representantes de cada Estado. Essa coordenação fará sua primeira reunião nos dias 27 e 28 de novembro em Minas Gerais, tendo como pauta:

- Balanço
- proposta de pauta para o II Encontro
- caracter e critérios de participação
- definição de data e local
- outros

I Encontro Nacional do PT sobre Movimento
de Mulheres